

Reflexões sobre o agronegócio e a exposição à pandemia da covid-19 nas terras indígenas Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul

Reflections on the agribusiness and exposure to the covid-19 pandemic in the Guarani Kaiowá indigenous lands in Mato Grosso do Sul

Cecilia Rios¹

Antonio Hilário Aguilera Urquiza²

José Henrique Prado³

DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/tellus.v22i47.737>

Resumo: O etnocídio é uma realidade cada vez mais próxima à medida que a covid-19 se espalha por Mato Grosso do Sul, MS, região onde predomina a etnia Guarani Kaiowá, a segunda maior etnia indígena do Brasil. Segundo o relatório anual apresentado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Mato Grosso do Sul é o estado onde mais se registra violência contra os povos indígenas. Um dos principais elementos para se entender esta escalada de violências é justamente a falta de demarcação de seus territórios tradicionais, afinal, com aldeias populosas e sem o rápido afastamento dos indígenas que estão inseridos como força de produção do agronegócio em Mato Grosso do Sul, o coronavírus encontrou o cenário perfeito para se disseminar de forma rápida. Neste texto de caráter ensaístico, pretendemos demonstrar uma visão sobre a vulnerabilidade desses povos à covid-19, que se agrava com o desmonte das políticas de saúde indígena, o sucateamento do órgão indigenista oficial e a desastrosa condução das ações pelo governo federal durante a pandemia. O presente estudo tem caráter crítico e reflexivo, e procura contribuir para a compreensão do contexto sociocultural e político em que os povos indígenas estão inseridos, usando como aporte metodológico a pesquisa bibliográfica e documental, assim como a experiência de vida e campo dos autores.

Palavras-chave: Guarani Kaiowá; agronegócio; violência; covid-19.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

² Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

³ Secretaria Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil.

Abstract: Ethnocide is an increasingly closer reality as covid-19 spreads through Mato Grosso do Sul, MS, a region where the Guarani Kaiowá ethnic group, the second-largest indigenous ethnic group in Brazil, predominates. According to the annual report presented by the Indigenist Missionary Council (CIMI, Conselho Indigenista Missionário), Mato Grosso do Sul is the state where violence against indigenous peoples is most recorded. One of the main elements to understand this escalation of violence is precisely the lack of demarcation of their traditional territories; after all, with populated villages and without the rapid removal of the indigenous people who are inserted as the production force of agribusiness in Mato Grosso do Sul, the coronavirus found the perfect setting to spread quickly. In this essayistic text, we intend to demonstrate a view on the vulnerability of these peoples to covid-19, which is aggravated by the dismantling of indigenous health policies, the scrapping of the official indigenous body, and the disastrous conduct of government actions by the federal government during a pandemic. The present study has a critical and reflective character, and seeks to contribute to the understanding of the socio-cultural and political context in which indigenous peoples are inserted, using bibliographic and documentary research as a methodological contribution, as well as the life and field experience of the authors.

Keywords: Guarani Kaiowá; agribusiness; violence; covid-19.

1 INTRODUÇÃO

“Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra” (Davi Kopenawa Yanomami, 2011, p. 21).

Ao ser compreendido como um sério problema de saúde pública da atualidade, a pandemia do novo vírus, a covid-19 chegou a partir de um contexto crítico para a saúde indígena no Brasil, tornando o etnocídio uma realidade cada vez mais presente na medida em que ele se generaliza. Acerca desse conceito destacamos o estudo do antropólogo e etnógrafo Pierre Clastres (2004) que discorre de forma lúcida sobre a distinção dos seguintes termos; enquanto o genocídio assassina os povos em seu corpo, o etnocídio, se trata da destruição sistemática dos modos de vida e pensamento de povos diferentes daqueles que empreendem essa destruição. Em suma, o etnocídio os mata em seu espírito.

Os povos tradicionais, desde a colonização, sofrem com a vulnerabilidade e a exposição às doenças infecciosas. Na atualidade, não é diferente, e à medida que se torna evidente, Sônia Guajajara⁴, coordenadora executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) afirma: “Temos um histórico muito perverso

⁴ Fonte: Quadro e Anjos (2020).

de doenças contagiosas, que dizimaram etnias inteiras no passado. Todos estão assustados”. O que torna essa doença tão assustadora é o fato dela atingir de forma mais letal os mais velhos, colocando em risco parte importante dos valores culturais das 305 etnias do país. Os anciãos são os guardiões e condutores da história desses povos. Em uma entrevista ao Correio Braziliense⁵, Angela Kaxuyana declara: “Estamos ficando órfãos. Está indo com eles a sabedoria, nossa história, memória e resistência. Também perdemos lideranças que tiveram papel importante na luta da resistência do movimento indígena. Uma parte do movimento também se vai com a perda dos anciãos. É uma perda irreparável para um povo”.

Das aldeias às favelas, os traços da desigualdade se acrescentam ao desafio sobre a prevenção e controle da covid-19 e demandam a implementação de várias estratégias e políticas públicas intersetoriais adaptadas a diferentes contextos. Indígenas, quilombolas, ribeirinhos, pessoas em situação de rua, refugiados, ciganos, moradores da periferia, trabalhadores informais, aqueles que vivem com HIV/Aids, e outros grupos têm algo em comum: a marginalização na sociedade. São obrigados a lidar com as desigualdades no acesso aos direitos constitucionais básicos, tornando-os ainda mais vulneráveis diante da pandemia. Sabemos que não é possível generalizar um único olhar para todas essas populações, mas também sabemos que esses grupos que foram citados carregam consigo o peso de um processo colonialista que sempre os colocou à margem de direitos sociais que deveriam ser universalizados.

Precariamente assistidas pelo governo e pressionadas pelo aumento das invasões em seus territórios ou, no caso dos Kaiowa, os seus *tekoha*⁶, as comunidades indígenas enfrentam, quase que de forma solitária, essa guerra contra o vírus e sua disseminação nas aldeias, contando basicamente com o trabalho de suas lideranças comunitárias, das entidades indigenistas e os poucos profissionais de saúde.

⁵ Fonte: Cardim, Leite e Calcagno (2020).

⁶ Segundo Melià *et al.* (2008), o *tekoha* se constitui como a base política, social e religiosa das comunidades, se manifestando principalmente em festas religiosas, decisões políticas. O termo pode ser simploriamente entendido pela junção dos fonemas *teko* que se refere a um espaço vital para o desenrolar das relações de uma dada sociedade Kaiowa sob uma cosmologia própria e bem definida pelos integrantes do grupo, ou seja, um lugar onde é possível o modo um modo de ser específico, mais o sufixo *ha* que significa um lugar ou um localidade específica

Mais do que nunca, reforçam a luta histórica dos povos indígenas para permanecer nos territórios uma medida de sobrevivência⁷. É preciso ponderar o fato que o enfrentamento da manutenção dos territórios indígenas não é o único nem exclusivo problema dessas populações. Há também àquelas pelo fato desses territórios abrigarem nascentes de rios, espécies em extinção, biomas inteiros e ecossistemas essenciais para o equilíbrio meteorológico de todo o continente. Assim, esse contexto, deve se tornar uma preocupação para a população em geral.

Ao tornar-se mercadoria da produção agrícola em grande escala pela lógica do agronegócio, como mão-de-obra barata, essa exploração agressiva do agronegócio fez com que os Guarani Kaiowa assistissem, em hipótese alguma de forma passiva, à transformação de seus territórios tradicionais, com a instalação de frigoríficos, fazendas com grandes pastagens e plantações de monoculturas e de cidades. Em consequência de tais processos econômicos e inversões de valores, muitos vivem hoje em áreas degradadas, em acampamentos às margens de rodovias, ou áreas retomadas, sem as mínimas condições ambientais, sem saneamento básico, infraestrutura e terra para subsistência e em pequenos espaços denominados de reservas. O território de ocupação tradicional dos Guarani Kaiowa no Brasil é hoje representado por todo o cone sul do estado de Mato Grosso do Sul, sendo o estado com a segunda maior população indígena do país⁸, concentrando a maior parte dos Guarani, na mesma medida em que se tem a quarta maior concentração de bovinos. Nessa região ocorre conflitos agrários, aumento desenfreado dos casos de covid-19 e a constante pressão do agronegócio, situação que nos faz lembrar a frase do atual Ministro do Meio Ambiente Ricardo Salles, que sugeriu em uma reunião ministerial realizada em 22 de abril de 2020 em que o excelentíssimo ministro afirma que seria um bom momento para aproveitar enquanto a imprensa só se preocupava com a covid-19 e “passar a boiada”, mudando as regras que protegem meio ambiente e as terras indígenas. Essa política que vem se mostrando insistentemente genocida em relação aos povos indígenas, a flexibilização de regras ambientais, não demarcação das terras

⁷ Para obter mais informações sobre o processo e seus impactos conferir: Aguilera Urquiza e Prado (2015).

⁸ A cidade de Dourados, a segunda maior do Estado de Mato Grosso do Sul, se localiza a Reserva Indígena que concentra a maioria dessa população no país, com aproximadamente 20 mil habitantes.

indígenas, se soma à pandemia que agrava a situação dos Kaiowa e dos Guarani em Mato Grosso do Sul.

Foi o agronegócio o principal responsável pela entrada do vírus em diversas aldeias do Mato Grosso do Sul. Na Reserva Indígena de Dourados⁹ – onde a primeira morte foi registrada dia 18 de junho –, a doença entrou por meio de uma funcionária indígena de um frigorífico da JBS. Já em Caarapó, os dois primeiros infectados na aldeia Te'ý'ikue eram trabalhadores da cana-de-açúcar, conforme apurou as jornalistas e antropólogas do Repórter Brasil Foschates e Klein (2020). Segundo Rodrigues, Colman e Aguilera Urquiza (2019, p. 44):

Os Kaiowá possuíam uma vasta extensão territorial e em decorrência da construção dos Estados nacionais sul americanos, não houve o devido respeito aos direitos dos povos indígenas de se manter em seus territórios, dificultando suas práticas culturais. Além da perda de seus territórios nos últimos cinquenta anos devido à captação de recursos naturais por grandes empresas tanto do Brasil como do Paraguai, vários projetos de infraestrutura foram idealizados sem levar em conta as especificidades do tema em questão, infelizmente incentivados e financiados pelos Estados nacionais.

Isto posto, as empresas do agronegócio, como os frigoríficos, se tornaram determinantes transmissores da doença no Mato Grosso do Sul, dado que as comunidades Guarani Kaiowá em consequência desses processos de perdas territoriais, possuem muitas aldeias próximas a centros urbanos ou a plantações e a frigoríficos. A respeito dessa afirmação, Del Popolo e Ribota (2011, p. 121) destacam:

Durante las últimas dos décadas del siglo XX, a partir de la consolidación de las economías de mercado y las profundas transformaciones estructurales de los estados, las tierras indígenas son afectadas por el creciente avance de proyectos de desarrollo, como represas, autopistas, puentes, extracción minera, explotación maderera a gran escala, exploración y extracción de petróleo, entre otros, que han producido invasiones y despojos.

As fazendas também estão dentro das terras indígenas, seja pelas estradas que as cortam levando sua produção e provocando toda espécie de incômodos

⁹ A região de Dourados tornou-se o epicentro da pandemia no estado, com mais de 2.000 infectados, dos quais mais de 100 são indígenas, segundo dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) até o final do mês de junho de 2020.

e riscos, ou pela influência do sistema de plantio monocultural, como o do milho, da soja ou cana-de-açúcar. Em suma, a perda dos territórios tradicionais vem provocando uma série de consequências desastrosas sobre a organização social dos Guarani Kaiowá, em que se destacam os impactos sobre a segurança, saúde, alimentação, economia e rituais culturais e religiosos, como bem atentou Pereira (2010, p. 118):

Tal situação comprometeu e segue comprometendo a reprodução física e cultural da população Kaiowá e Guarani, criando sérios impasses para a convivência da população aglomerada nas reservas, o que se expressa no agravamento de problemas sociais como a violência, conflitos internos, desnutrição infantil e mesmo em frequentes surtos epidêmicos de suicídios.

A intenção, portanto, desse texto ensaístico, é de realizar uma análise de caráter crítico e reflexivo sobre os impactos que da pandemia de covid. Nesse artigo, serão abordados, conforme a literatura, conceitos de territorialidade para situar o leitor sobre quais são os problemas enfrentados pelo povo Guarani Kaiowá ao longo dos últimos séculos em virtude da perda de seus territórios; direcionado para a colocação de duas visões bastante distintas: a percepção que os Guarani Kaiowá têm sobre a terra – sua relação e formas de representação de mundo, com base nas suas formas simbólicas e culturais, e a relação que nós, não guarani, temos com a terra. A partir da apresentação das duas visões de mundo ambíguas e conflitantes, buscaremos elucidar algumas questões de caráter histórico, dispondo críticas a estudos de alguns autores que se debruçaram sobre a temática, além de tentar desvendar as possibilidades de compreensão sobre as origens e fundamentos desses conflitos, contribuindo para compreensão do contexto cultural que os povos indígenas estão inseridos e mesmo que ainda em longo prazo, essas pessoas alcancem uma condição de vida menos precária no que se refere à moradia, segurança, alimentação, educação, saúde, comunicação, entre outras...

2 O TERRITÓRIO: CARACTERIZAÇÃO E HISTÓRICO

A questão essencial a ser compreendida neste trabalho está relacionada à territorialidade, a qual está ligada à apropriação simbólica do território. Assim como a identidade, manifesta-se em seu caráter simbólico-cultural de pertencimento dos sujeitos sociais ao território, também, como um modo de vida, nas

diversas formas como os povos se relacionam com a natureza e dela tiram seu sustento. A trajetória de vida dos Guarani Kaiowá do Mato Grosso do Sul tem sido marcada por um longo processo de luta pelo direito ao território e à preservação da tradição de sua cultura. Para compreender a relação entre território e modo de viver tradicional, é preciso ressignificar esses conceitos no aprofundamento da cultura Guarani Kaiowá, buscando oferecer elementos que tornem fácil a tarefa de compreensão sobre o impacto que o processo colonial trouxe para os reservamentos¹⁰ sobre a “cultura tradicional”. Conforme cita Melià (1990, p. 34) a vida guarani nunca se liberta, nem se abstrai da questão da terra. Assim, surge a noção de *tekoha*, uma categoria nativa da língua guarani que se aplica na denominação dos lugares que ocupam, caracterizando, deste modo, um lugar entendido não simplesmente como espaço físico, mas como uma das principais expressões de luta e resistência dos Guarani Kaiowá que vivem no estado de Mato Grosso do Sul. Rodrigues, Colman e Urquiza (2019, p. 41) oferecem uma descrição de aspectos que caracterizam o território:

[...] podemos afirmar que para a comunidade Kaiowá, território é o local de moradia, contendo uma área onde esse povo pode lavar suas plantações, caçar e pescar, cultivar plantas medicinais, praticar o Oguata (caminhada) entre as parentelas e suas alianças enfim, viver de acordo com suas tradições culturais. Também podemos afirmar que o fator histórico e a memória coletiva fazem com que o grupo mantenha uma relação com seu território tradicional, mantendo vínculos com o espaço onde seus antepassados viveram.

Na perspectiva representada no trecho acima, entende-se que os territórios tradicionais dos Guarani Kaiowá são construídos com bases simbólicas, culturais e sociais, impregnada em sua totalidade na experiência religiosa. Ou seja, definição de *Tekoha* esta fundamentada no fato de que ele é resultado de relações, entre

¹⁰ O Serviço de Proteção aos Índios (SPI), entre 1915 e 1918, delimitou oito reservas com áreas entrono de 3.600 hectares cada uma, com a intenção de concentrar em pequenas áreas uma imensa população Kaiowa e Guarani que vivia dispersa na região sul do atual estado de Mato Grosso do Sul. Atualmente todas essas áreas apresentam grandes problemas de convivência por terem bruscamente modificados os seus padrões de territoriais e conseqüentemente de sociabilidade, são essas áreas de reservamento as seguintes: Dourados (Dourados), Caarapó (Caarapó), Amambai e Limão Verde (Amambai), Taquaperi (Coronel Sapucaia), Sassoró (Tacuru), Pirajuí (Paranhos) e Porto Lindo (Japorã). Cf. Vietta, 2013.

elas a parental, *te'yi*¹¹, é o espaço territorial onde são estabelecidas relações de caráter comunitário, comensalidade, troca e da divisão de trabalho, construído a partir de relações de parentesco perpetuadas ao longo do tempo e de alianças políticas, na qual esses laços solidários e de ajuda mútua revelam um conjunto de regras estabelecidas sobre uma base física considerada essencial e inalienável e desempenham um grande fator da mobilidade praticada pelo kaiowá. A relação dos Guarani Kaiowá com o território, sua disposição em aldeias e dinâmicas sociais fundadas nos laços de parentesco, se baseia em uma mobilidade própria da cultura viva das mobilidades migratórias. Acerca da caracterização dessa definição de espaço, Ladeira descreve que: “o conceito de território supera os limites físicos das aldeias e trilhas, e está associado a uma noção de mundo que envolve a redefinição constante das relações multiétnicas, o compartilhar e dividir espaços” (LADEIRA, 2000, p. 785).

Portanto, os Guarani Kaiowa possuem seu modo de vida tradicional diretamente ligado ao território ocupado, ou melhor, com seu *tekoha*. A partir desse entendimento, consideramos que ao longo dos anos e ainda atualmente, essa relação é devidamente ressignificada e atualizada a partir das redes de troca que estabelecem em suas relações sociais e atribuições espirituais que possibilitam a realização do *ñande reko* (nosso modo de ser).

O *ñande reko* é uma expressão que pode ser observada em diversas etnografias (BRAND, 1997; MELIÀ; GRÜNBERG; GRÜNBERG, 2008) e também em diversos momentos foi possível observar o uso do termo *ñande reko* como relacionado a um modo de vida “mais tradicional” tanto entre grupos Guarani Kaiowá e Guarani Ñandeva de Mato Grosso do Sul como entre um grupo Guarani Mbya de São Paulo (aldeia Tenondé Porã).

O conceito de *ñande reko* (nosso modo de ser) para a cultura Guarani só é, obviamente, possível em uma situação dada no seio de seu contexto cultural, mais especificamente é um “nós” inclusivo de todo o grupo que possui características e dinâmicas culturais bem específicas, em que se incluem implicitamente a esse modo de ser uma socialização e uma historicidade que possibilitam essa alteridade sentida e ressaltada principalmente nos momentos de contato e de conflito com outros grupos. (AGUILERA URQUIZA; PRADO, 2015, p. 56)

¹¹ *Te'yi* é o termo no idioma Guarani que se refere à família extensa, grupo macro familiar.

Ainda é possível afirmar que a territorialidade atua como fator de identificação, defesa e força, pois sempre esteve ameaçada pela falta de equilíbrio, entre a abundância e a carência. Sendo assim, não é um equívoco afirmar que, a saúde dos povos indígenas começa em seus territórios. Conforme Carneiro (2005, p.71):

Comer não é um ato solitário ou autônomo do ser humano, ao contrário, é a origem da socialização, pois, nas formas coletivas de se obter a comida, a espécie humana desenvolveu utensílios culturais diversos, talvez até mesmo a própria linguagem. O uso do fogo há pelo menos meio milhão de anos trouxe um novo elemento constituidor da produção social do alimento. A comensalidade é a prática de comer junto, partilhando (mesmo que desigualmente) a comida, sua origem é tão antiga quanto a espécie humana, pois até mesmo espécies animais a praticam.

A partir dessas considerações apresentadas por Carneiro, acerca desses aspectos podemos afirmar que os hábitos de convivência coletiva em seu território fortalecem suas relações econômicas, cosmológicas, ambientais e de sociabilidade, mas se tornaram mais uma preocupação no enfrentamento da covid-19, devido ao compartilhamento de objetos e utensílios e a própria forma de alimentação, exigindo das lideranças a busca de outras estratégias dentro das aldeias. Conforme Rodrigues, Colman e Urquiza (2019, p. 43):

Pode-se citar, primeiramente, que o processo mais intenso da perda de territórios tradicionais enfrentado pelos Kaiowá, iniciou-se com o fim da Guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, dando início à ocupação por frentes de colonos e criadores de gado no Estado de Mato Grosso do Sul, ocorrendo o mesmo processo do lado paraguaio. Essa expansão atingiu todo o território indígena em ambos os lados das fronteiras.

A colonização portuguesa em solo brasileiro pode ser considerada como uma expansão capitalista do início da Idade Moderna, sendo que as atividades econômicas desta fase são de caráter único exploratório, da mineração à produção da cana-de-açúcar, marcada pela formação de um sistema mercantilista e que ganharam gradativamente nas regiões periféricas, a consideração e importância. Lembrando que, o estado de Mato Grosso do Sul, em sua configuração nacional do espaço capitalista de mercado, está na posição de um Estado periférico. Nesse contexto Prado Junior (1961, p. 166) relata:

A indústria mineradora do Brasil nunca foi além, na verdade, desta aventura passageira de mal tocava um ponto para abandoná-lo logo em seguida e passar adiante. E é esta causa principal porque, apesar da riqueza relativamente avultada que produziu, drenadas aliás toda para fora do país, deixou tão poucos vestígios, a não ser a prodigiosa destruição de recursos naturais que semeou pelos distritos mineradores, e que ainda hoje fere a vista do observador [...].

Em diversas leituras feitas a respeito da realidade vivenciada pelos povos indígenas no Brasil, especialmente dos Guarani Kaiowá em Mato Grosso do Sul, foi possível constatar que constantemente a violência, exposição e a exclusão social atingem de forma significativa o grupo, principalmente desde a segunda metade do século XX. A formação da sociedade brasileira registra sucessivas tentativas de exploração, dominação e até mesmo diversas tentativas de extermínio dos povos indígenas.

Sendo assim, pode-se dizer que a pecuária no Brasil tem suas origens vinculadas à colonização portuguesa. A criação de gado para a subsistência se reduzia apenas a produção de leite e carne para o sustento dos colonos e atividades pastoris como relata Ferreira (2014).

A respeito da importância do gado na alimentação no período colonial, Prado Junior (1961, p. 186) descreve: “A carne tem importante papel na alimentação da colônia”. O gado também era utilizado juntamente com trabalho de mãos escravizadas, como força motriz nos engenhos açucareiros e nos transportes pesados. A criação bovina que se inicia desempenhando papel secundário na economia cresce conforme a expansão da economia açucareira, devastando ainda mais as florestas brasileiras já habitadas por povos indígenas, em terras cuja aptidão das produções agrícolas de roçado permitia de forma satisfatória a produtividade de alimentos. E assim nos descreve Meliá (1990, p. 33-34):

As evidências arqueológicas mostram que os Guarani chegaram a ocupar as melhores terras da bacia dos rios Paraguai, Paraná e Uruguai, e do sapé da Cordilheira. São terras especialmente aptas para o cultivo do milho, da mandioca, de vários tipos de feijão, abóbora, batata e amendoim.

Observando que os Povos Indígenas são provenientes de outra matriz cultural, que não a Ocidental, e que por suas especificidades socioculturais sofreram e ainda sofrem sérios impactos com a colonização e pós-colonização (ou

do colonialismo interno - como bem redefiniu Pablo González Casanova, (2002) e diante de inúmeras atividades predatórias efetivadas nas invasões de seus territórios, deixaram de explorar, tanto quanto possível, as potencialidades que lhes ofereciam os amplos espaços geográficos por eles conhecidos em que antes eram utilizados somente para produção do necessário para sua sobrevivência. Mélia (1990) nos oferece uma melhor descrição sobre o caráter da agricultura para o Guarani Kaiowá, e nisto coincidem tanto a arqueologia e a história como observação etnográfica contemporânea: a terra não é nunca um simples meio de produção econômico. Corroborando o conceito de território ao se referir aos Guarani Kaiowá, Pimentel (2006, p. 33) afirma que “a terra não é um objeto a ser possuído ou utilizado de forma intensiva: significa uma possibilidade de se colocar no espaço de forma adequada ao viver humano”. Vale registrar a importância do diálogo com o antropólogo Fabio Mura (2011) dado que essa oposição Homem/Natureza é por especificidade parte da tradição ocidental, e que para os Guarani Kaiowá, não há vida sem território.

Por outro lado, na visão ocidentalista e etnocêntrica¹², a terra ganha outro valor, agora, como instrumento fundamental para os grupos dominantes, sendo vista como mecanismo de dominação, de reprodução de seus valores obsoletos e de poder, e que, colonialmente, se vai mostrando incapaz de sustentar com a expansão seus novos povoadores (MELIÁ, 1990). Um dos principais elementos para se entender o movimento crescente de violências é precisamente a falta de terras, afinal, a colonização tardia e agressiva neste estado expropriou a maior parte dos territórios tradicionais dos povos indígenas, acompanhada de eliminações e violências.

Uma vez que o boi é visto como *commodity*¹³ da agroindústria, os criadores e produtores de gado investiram ainda mais nesse mercado, através do aumento de áreas pastoris de suas fazendas e realizando melhorias para atender as

¹² Chama-se etnocentrismo essa vocação de avaliar as diferenças pelo padrão da própria cultura. O Ocidente seria etnocida porque é etnocêntrico, porque se pensa e se quer a civilização (CLASTRES, 2004, p. 56).

¹³ Em uma rápida pesquisa ao dicionário on-line Oxford languages, o termo *Commodity* é qualquer bem em estado bruto, geralmente de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, geralmente destinado ao comércio externo; qualquer produto produzido em massa.

exigências impostas pelos países compradores de carne. Neste processo de luta pela posse da terra em que o colonizador na maioria das vezes sai vitorioso, os povos indígenas de diferentes etnias se viram compulsoriamente obrigados a migrarem. Assim a terra se assume como fonte de poder econômico e político de um lado, e expulsão e espoliação por outro.

Desde o início da colonização, diversas etnias indígenas foram submetidas as mais variadas formas de exploração, relegados à condição de vítimas dos processos de conquista e colonização. Ao prosseguir na busca de melhor entender esse cenário, Clastres (2004), relata que ao longo dos últimos anos, desde a invasão das sociedades ocidentais na América em 1492, pôs-se em funcionamento uma máquina de destruição, ou seja, de etnocídio dos povos indígenas¹⁴, esses massacres têm sido denunciados não só no Brasil, mas também são vistos e relatados de forma sistemática na quase totalidade dos países do continente americano.

Em face do processo sistemático colonialista, ao qual os Guarani Kaiowa foram intensamente submetidos após o término da guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1864-1870), sofreram inestimáveis perdas, em decorrência de processo intenso de colonização com incentivos do Estado. Nesse nível formal em que nos situamos atualmente, constata-se que a prática etnocida e a máquina estatal funcionam da mesma maneira e produzem os mesmos efeitos (CLASTRES, 2004, p. 60). Atualmente estima-se que a população Guarani Kaiowa que vive em áreas de reservas indígenas, terras indígenas e acampamentos em Mato Grosso do Sul seja de 51.801 indivíduos, desses 2.630 vivem em acampamentos, 38.525 em reservas indígenas criadas pelo SPI e 10.646 em terras indígenas demarcadas após 1980 (CAVALCANTE, 2013).

Assim, a perda do território e o processo de territorialização, ou confinamento em reservas, promovido por dois pilares, o Estado nacional juntamente com a

¹⁴ Não se pode pensar a vocação etnocida da sociedade ocidental sem articulá-la com essa particularidade de nosso próprio mundo, particularidade que é inclusive o critério clássico de distinção entre os selvagens e os civilizados, entre o mundo primitivo e o mundo ocidental: o primeiro reúne o conjunto das sociedades sem Estado, o segundo compõe-se de sociedades com Estado. E é nisso que se deve tentar refletir: pode-se legitimamente colocar em perspectiva essas duas propriedades do Ocidente, como cultura etnocida, como sociedade com Estado? Se fosse assim, compreenderíamos por que as sociedades primitivas podem ser etnocêntricas sem, no entanto, serem etnocidas, já que elas são precisamente sociedades sem Estado (CLASTRES, 2004, p. 59).

propriedade privada, no intuito de se apropriar dessas terras e utilizar a força de trabalho indígena, a política de concentração de contingentes em aldeamentos vai se intensificando na lógica do agronegócio, a partir da segunda metade do século XIX.

Desse modo, fragmentados politicamente, culturalmente e ainda fisicamente, diversas parentelas, são acometidas, por consequência, a uma série de problemas no interior das comunidades confinadas nas reservas. Exemplo disso é que, com a perda de seus territórios, os Guarani Kaiowá se viram forçados a sair em busca de sustento para suas famílias, em trabalhos temporários nas usinas de álcool passando a ser a mão de obra barata e, portanto, preferida para os trabalhos de plantio e colheita da cana nas usinas de álcool que passaram a ser instaladas na região. Esse tipo de trabalho fora das comunidades tornou-se praticamente o único meio de sobrevivência dos grupos Guarani Kaiowá, principalmente em Mato Grosso do Sul. Objetivamente, o reservamento foi uma alternativa imposta aos indígenas em busca da manutenção da sua sobrevivência, diante do apelo interessado a um sistema contínuo de exploração da mão de obra desses povos. Detalhado pelos pesquisadores Aguilera Urquiza e Prado (2015, p. 61): “O processo histórico de ‘aldeamento indígena’ estava intrinsecamente relacionado às ações e interesses das frentes de expansão agropecuárias”.

Visto que o crescimento econômico e o fortalecimento político dos grandes proprietários de terras rurais, dado a sua estreita relação entre os produtores e os investidores interessados no mercado agropecuário, faz prevalecer esse projeto em detrimento da existência dos Guarani Kaiowá e do respeito às suas diferenças socioculturais. Esse argumento ainda é reforçado pelo líder indígena e antropólogo Tonico Benites (2009, p. 28):

Em virtude das regras rigorosas e autoritárias das aldeias administradas pelos SPI muitas famílias se recusavam-se a mudar definitivamente para as reservas. Houve aquelas que permaneceram em seus tekoha, terras tradicionais, negociando a sua mão de obra com os capatazes dos fazendeiros, assim garantindo a sua permanência na área de atuação.

A omissão do Serviço de Proteção aos Índios, ao demarcar essas reservas iniciais sinaliza e oficializa o processo de delimitação dos direitos desses povos. Desta forma, a partir da perspectiva de territorialização acima apresentada, o

confinamento¹⁵ e o comprometimento de suas relações acerca da terra, das matas e da água, a agricultura se torna cada vez mais difícil, e para sobreviver, a alternativa que lhes resta é a do trabalho assalariado, que só seria possível com o enfraquecimento da identidade indígena.

O confinamento exerce caráter duplo de funcionamento, “espacial e principalmente cultural”, como fator desestabilizante do sistema social Kaiowa e gerador de diversos impasses entre lideranças consideradas como “jovens” e as lideranças “tradicionais” (como xamã; chefes de parentela; lideranças políticas (*mburuvicha*); anciãos da sociedade e etc.). (PRADO, 2011, p. 6).

E no mercado de trabalho existe uma grande carga de preconceito e discriminação em relação aos povos indígenas. Muitas vezes, seus direitos trabalhistas são desrespeitados. Esse processo histórico, embasado em ações coloniais, coloca as comunidades Guarani Kaiowá em um contexto de negação de seus direitos. Essas reservas são desde sua criação arbitrária, ainda constantemente reduzidas; das oito reservas no sul de MS criadas pelo SPI entre 1915 a 1928, apenas uma não teve sua área reduzida no processo de demarcação, ou seja, essas unidades administrativas não levaram em consideração a organização social dos Guarani Kaiowá, pois são espaços administrativamente estabelecidos através de um processo de remoção, ou seja, são espaços que, em geral, não coincidem com os territórios tradicionais dessas comunidades.

Obrigando-os a se estabelecer compulsoriamente em outros locais, por consequência, surgem políticas de aproximação para criar vínculos com comerciantes, fazendeiros e seus intermediários no intuito de obter favores e itens não produzidos por eles, podendo até mesmo ser visto como uma maneira desses povos não se afastarem de seus locais de origem.

3 ENTRE RESERVAS E RETOMADAS: MOBILIDADES E REORGANIZAÇÃO EM DEFESA DA SAÚDE

As fases de colonização do Mato Grosso do Sul, o domínio de interesse pela “terra que muito produz” e a imposição das reservas atingiram os Guarani

¹⁵ Confinamento, segundo Brand (1997), seria o processo histórico de ocupação do território por frentes não-indígenas, que se seguiu à demarcação das reservas indígenas pelo SPI, forçando a transferência dessa população para dentro dos espaços definidos pelo Estado como posse indígena.

Kaiowá e promoveram alterações nas suas formas de vida. Entendemos aqui, sua formação social ao mesmo tempo como um fato histórico e, em contínua transformação e adaptação às condições do contexto territorial onde desenvolvem suas atividades. Se por um lado a reserva se encontra como uma tentativa de limitar os processos de mobilidade espacial, ao impor um padrão de territorialidade, atuando no sentido único e lógico da economia - produção e comercialização, por outro, ela também possibilitou a articulação de modelos de mobilidade e de organização política.

Entre os Guarani Kaiowá, na tentativa de romper a imobilidade espacial imposta nas Reservas, buscaram novas alternativas e encontram em seu novo formato, como tem sido visto, os acampamentos e as retomadas. Nesse sentido, as áreas de retomadas figuram mais como uma alternativa à territorialidade e mobilidade desses povos nas inúmeras tentativas de sanar o problema da pouca terra e da densidade demográfica nas reservas. Esse movimento externa tanto a insatisfação com a vida na reserva e seus problemas: falta de terra, densidade populacional, desarticulação das parentelas e dificuldade de realização de cerimônias e de rituais. Como expressam o anseio das parentelas e dos líderes religiosos de retornarem aos seus antigos tekoha, pois somente desta forma possibilitará o resgate dos modos tradicionais, garantindo o futuro da natureza e dos Guarani Kaiowá ao revitalizarem a fauna e a flora. Mas principalmente, como destaca Eliel Benites: “as áreas de retomada, consideradas como tekoha, são uma parte do meio pelo qual recomeça a grande viagem da existência [...]” (BENITES, 2020, p. 35). A cosmologia e possibilidade de revigorar os valores tradicionais formam mais um componente fundamental na intenção de retornar para os antigos territórios.

Como descreve Colman (2015) Os Guarani Kaiowá vivem a experiência da mobilidade espacial de duas formas: o processo histórico de deslocamento forçado, que é tratado como o conceito de *ñemosarambipa* (esparramo), e que também pode ser entendido como uma mobilidade de resistência, sem desconsiderar toda a violência e sofrimento desencadeado por ele, além do desejo das famílias de poderem viver juntas novamente, e no sentido cultural de *oguata* ou *ojeguata* que significa “caminhar”, porém em um sentido que dá sentido à vida de um kaiowa, que liga a mobilidade como parte integrante da vida.

Com isso, não devemos pensar as reservas somente como espaços que limitam os processos de mobilidade espacial – diante da implantação e imposição de fronteiras e um padrão de territorial – mas também como propulsora de uma circulação que viabiliza a organização de coletivos, de reivindicações políticas e a emergência de novas formas de vida, como nas áreas de retomadas. “Um fato importante é que, mesmo nas cidades, os indígenas, principalmente os Kaiowá e Guarani, mantêm as redes de conexão com suas comunidades de origem” (COLMAN, 2015, p. 29).

Em relação ao modo de ser e viver específico, isto é, aspectos culturais das famílias Guarani Kaiowá contemporâneas, verifica-se, de fato, a formação de grupos macro familiares. Pereira (1999), ao descrever a organização social dos Kaiowá no sistema de parentesco, onde a expressão é de um grupo não linear em torno de um líder, que reúne em torno de si seus parentes mais próximos e aliados, formando assim a parentela. Embora more longe um do outro, o que une fisicamente estes grupos familiares entre si é uma rede de trilhas (*tape po’i*) através das quais os indígenas se comunicam seguindo a lógica do *oguata*, que determina a extensão das relações de parentela e da comunidade, mantendo assim a movimentação e circulação de pessoas nesses espaços. O aspecto religioso, em virtude de seu papel central na manutenção das relações sociais, ambientais, econômicas e cosmológicas é fundamental. Portanto, as retomadas também se somam a preocupação com a deterioração das terras ocupadas pelos grandes latifundiários na defesa e proteção desse espaço que se deteriora com a espoliação sofrida desde o passado e que vem sofrendo com a monocultura.

O município de Dourados-MS possui a reserva indígena com maior densidade populacional do estado do Mato Grosso do Sul. Com 3.539 hectares demarcados, abrigando uma população de cerca de 20 mil pessoas pertencentes aos povos Guarani Kaiowá, Guarani Nandeva (família linguística Tupi-Guarani) e Terena (família linguística Aruak). Formada pelas Aldeias Bororó e Jaguapirú, localiza-se a norte da cidade. A Reserva Indígena de Dourados foi à segunda área de terras reservada por meio de decreto para os indígenas da região, e não fugiu a todas essas tendências políticas de interesse em “confinar” os indígenas em local determinado para redistribuir as terras restantes a terceiros e criar reserva de mão-de-obra. As áreas ocupadas pelas lavouras de soja e cana-de-açúcar são respectivamente

dez e trinta vezes maiores que a soma das terras ocupadas pelos indígenas em Mato Grosso do Sul. Vale destacar nesse sentido ainda o fato de Dourados ser a cidade com o maior número de retomadas indígenas. Mesmo em meio a tantas dificuldades e problemas socioeconômicos, incluindo a falta de políticas públicas que resolvam os problemas do confinamento, invasões e depredações das casas de reza, da falta de água, saneamento básico, a crescente violência, o consumo de drogas, alcoolismo e a falta de segurança pública que no final do mês de maio de 2020 a contaminação pelo coronavírus chegou às aldeias Guarani de Mato Grosso do Sul. Inúmeras aldeias no Sul do país tiveram seus primeiros surtos de contaminação do vírus, através de trabalhadores indígenas atuantes em empresas que seguiram funcionando, mesmo durante a quarentena, como é o caso dos frigoríficos, fazendo com que os trabalhadores indígenas retornassem contaminados para suas aldeias.

O artesanato, característico da cultura indígena, é uma alternativa de poucas famílias, o que revela a mudança brusca dos princípios tradicionais além da dificuldade de produzir alimento, por isso é comum encontrarmos várias famílias “mendigando” e perambulando pelas cidades onde há reservas, de porta em porta, por comida, vítimas ainda, de preconceito e discriminação. Percebendo que não há pouco interesse do poder público em resguardar a saúde dos povos indígenas em meio a pandemia do covid-19 a atuação e articulação diante do combate fica a encargo dos indígenas e a colaboração coletiva e de luta, que diante desse momento se mostram como fundamentais. Muitas lideranças se lançam na missão de reorganizar suas comunidades, são eles que hoje lutam pela recuperação da terra tradicional e atuam no combate à pandemia dentro das reservas, de acordo com o cacique Gaudêncio Benites, da etnia Guarani e líder da aldeia Bororó na Reserva Indígena de Dourados.

É nesse contexto de expropriação territorial e exploração econômica e discriminação social, que os Guarani Kaiowá estão sendo impactados pela pandemia. Em uma fala para Balduino (2020), a liderança relata que os dez primeiros casos de contaminação por coronavírus na Reserva Indígena de Dourados (MS) vieram e foram testados na JBS, o frigorífico da região. Não havendo máscaras e equipamentos de proteção individual suficiente para toda a população, nem mesmo para equipe de saúde, o aumento do número de casos se torna uma preocupação dos

próprios indígenas que criaram barreiras sanitárias em quatro das seis entradas da aldeia Bororó no dia 13 de maio. A entrada e saída de indígenas desde então, ficou restrita, apenas em casos de urgência e necessidade, e está vetado o acesso de vendedores ambulantes, entregadores e prestadores de serviços. Mas, barrar a saída dos trabalhadores indígenas, que não têm alternativa a não ser deixar a comunidade para trabalhar nas plantações ou em terceirizadas do agronegócio, não é uma tarefa fácil e depende de uma relação fora da aldeia, em relação ao local de trabalho desses indígenas e de órgãos públicos para tomar as devidas instâncias.

As barreiras ainda enfrentam dificuldades para funcionar efetivamente, o primeiro ponto de entrave é a falta de apoio do governo brasileiro através do órgão indigenista oficial (Funai) que se vê paulatinamente tendo seus recursos reduzidos e suas ações sendo burocratizadas, a ponto de, no ano de 2020, os servidores necessitarem fazer pedidos de autorização de viagem diretamente para o órgão em Brasília e não mais a sua chefia imediata na CTL (coordenadoria técnica local) ou na CR (coordenadoria regional); Somado a essa inoperância da Funai os Guarani Kaiowa enfrentam a dificuldade em manter as pessoas da comunidade que se revezam nas barreiras, pois os moradores das aldeias que se dispõem a fazer tal trabalho acabam não podendo outra atividade produtiva durante o tempo em que estão nas barreiras, tornando assim mais complicado o sustento do seu núcleo familiar, seja pelo plantio e manutenção das roças ou pela empreitada de trabalhos em fazendas ou empresas do agronegócio da região; Por conseguinte ainda é possível mensurar como um fator problemático à manutenção das barreiras nas áreas, o constante assédio de pessoas que vem de fora para comercializar produtos de toda ordem ou então que aparecem com alguma discurso de missão religiosa, os autores desse trabalho em muitos momentos da pandemia mantiveram contatos com pessoas que residem em áreas de ocupação Kaiowa e realmente, no contexto diádico, esses parecem ser os maiores problemas para a manutenção dessa iniciativa das comunidades em realizar o controle de fluxo dentro da terra; Um problema contemporâneo da sociedade não indígena também se estende para as aldeias guarani kaiowa, a disseminação de notícias falsas (*fake news*) agrava mais ainda a situação, durante o período de reflexão e de elaboração deste texto, ao acompanhar as notícias e ao dialogar com lideranças e outras pessoas que residem nas aldeias da região do cone sul de Mato Grosso do Sul, foi muito recorrentes as afirmações que a divulgação de notícias falsas

referentes aos cuidados de biossegurança, ou sobre remédios sem comprovação de eficácia e até mesmo contra a vacina imunizante do coronavírus pelos grupos de *whatsapp* ou por outras redes sociais que no momento contemporâneo são parte integrante em quase todas as famílias kaiowá.

Somado a isso, as companhias que contratam esses trabalhadores demoraram a atuar ou tomaram medidas de biossegurança pouco efetivas, segundo especialistas e lideranças indígenas ouvidos pela Repórter Brasil. Em contrapartida, o isolamento, o risco de insegurança alimentar na aldeia se soma a essas preocupações. Outra linha de atuação tem sido a conscientização e informação das comunidades sobre a gravidade da doença e os cuidados necessários para combatê-la. Foram produzidas cartilha, folder em Guarani para abranger a todos a compreensão das orientações passadas. Através do apoio de agências de cooperação nacionais e internacionais, foram doadas 120 caixas d'água para amenizar o problema de saneamento, kits de higiene e estrutura para o bom funcionamento das barreiras sanitárias, adotadas pelos próprios indígenas no início da pandemia para barrar a entrada do vírus nas aldeias. A Rede de Solidariedade tem auxiliado várias campanhas que os povos têm realizado no Estado. Entre elas, o fechamento das igrejas pentecostais das aldeias, identificadas pelas lideranças como fonte de contaminação. A Rede também moveu ações para que os frigoríficos e a usina de cana-de-açúcar fossem notificados e os trabalhadores indígenas tivessem seus direitos trabalhistas garantidos. Em suma, as ações de enfrentamento ao novo coronavírus nas aldeias vão desde a informação a doação de alimentos (CIMI, 2020).

A situação da Reserva Indígena de Dourados, onde ficam as aldeias de Jaguapirú e Bororó, é relatada pelo MC Kelvin Peixoto, 29 anos, membro do primeiro grupo de rap indígena do Brasil, o Brô Mcs, em uma entrevista com o colunista Fred Di Giacomo (2020) afirma que:

Aqui perto de casa, na divisa com a aldeia, tem uma fazenda que o pessoal [indígenas] retomou. Lá está tendo muita disputa de terra. Todo dia é ataque, é queimada de casa de nossos irmãos, muita ação desses fazendeiros que estão tocando o terror mesmo. Atirando, passando com trator em cima dos barracos, queimando. Já foi queimada umas duas vezes uma oca lá, uma casa de reza.¹⁶

¹⁶ Kelvin refere-se ao ataque acontecido na Terra Indígena Laranjeira Ñhanderu, no município de Rio Brillhante, MS, em janeiro de 2020.

Esse é mais um episódio de violência na ofensiva intermitente sofrida pelas comunidades Guarani Kaiowá do estado de Mato Grosso do Sul. Além da pandemia da covid-19, ainda enfrentam outro perigo, que são as tentativas por parte de alguns políticos de anular o que lhes é garantido por direito: um território suficientemente amplo capaz de assegurar a continuidade de seu sábio modo de ser e de viver, e mesmo com a luta e o confronto, não conseguiram conter a invasão. Quanto a essa realidade, surge, então, uma reflexão sobre o “confinamento”, condição experimentada por séculos pelos povos indígenas e posposta no atual momento devido à exigência do distanciamento social para conter o avanço da covid-19. Torna-se indiscutível a forma que os povos indígenas são expostos à vulnerabilidade, e é justamente essa marginalização enfrentada que os caracterizam como grupo de risco da covid-19.

Assim, se torna uma urgência tomar medidas que amenizem a contaminação nessas comunidades, sendo necessário dizer que esse texto (especificamente) tem um teor de validade do momento em que foi escrito entre maio e julho de 2020. É preciso fazer o que ainda não foi feito: através da adoção de medidas de isolamento social nas aldeias, apoiadas pelo governo federal (e das instancias estaduais e municipais), com a formação de barreiras sanitárias, juntamente com a participação dos profissionais de saúde, funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) e com participação de lideranças indígenas e do controle social, inclusive com a presença de órgãos de segurança federais e estaduais, para impedir as visitas clandestinas e indesejadas de invasores das terras indígenas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de reservamento do povo Guarani Kaiowá guiado por elementos de cunho colonial e pelo capitalista caracteriza-se, em primeiro lugar, pela destruição e tentativa de desordem das comunidades dos povos indígenas que, em consequência desses processos desastrosos e ideais racionalistas tem suas identidades e memórias constantemente ameaçadas pelas mudanças e a persistência das classes dominantes de modernização agrícola em territórios dos povos originários sem considerar os seus direitos. Historicamente, tiveram suas terras esbulhadas, foram “confinados” e submetidos à vida assalariada como uma solução para subsistir, agregando as populações indígenas como mão de obra barata

e como pequenos produtores, desarticulando e enfraquecendo, o seu “modo de ser”, principalmente pelo elemento central da vida kaiowa, o território.

O agronegócio exerce profunda influência sobre várias esferas dos poderes do Estado¹⁷ e registram sucessivas tentativas de exploração, dominação e até mesmo várias tentativas de extermínio dos povos indígenas, revelando que os problemas que o povo Guarani Kaiowa enfrenta diariamente são muito parecidos com os do período da colonização, além disso, não podemos visualizá-los como vítimas passivas desse processo. De modo geral, é possível identificar que a grande luta desses povos, no presente, é ainda pelo reconhecimento de seus direitos enquanto sociedade culturalmente diferenciada, sendo seu maior desafio, o reconhecimento do território onde se corporalizam suas expressões sociais e culturais – terras que são usurpadas e desapropriadas desde o processo de colonização da América do Sul, mais recentemente, a partir do final da década de 1910 no Mato Grosso do Sul – e sua demarcação pelo Estado brasileiro em parceria com o capital privado tem o objetivo de legitimar o confisco e incorporar a exploração. Esse processo histórico, embasado em ações coloniais, coloca as comunidades Guarani Kaiowá em um contexto de negação e camuflagem de seus direitos e os problemas religiosos, sociais, culturais, introduzindo ações que na maioria das vezes são impostas.

Mesmo com a existência de uma ordem constitucional pautada pela democracia, pelo multiculturalismo e pelo direito aos usos, costumes e tradições dos povos indígenas, é constante o desrespeito aos direitos humanos e o uso da violência por parte desse Estado e por grupos econômicos detentores de poder e do capital. O território dessas populações é condição indispensável e essencial para execução do direito à vida, e, por conseguinte, a prática dos direitos culturais, político, econômico e social.

Essa ausência de sensibilidade política para tanto, somada à prevalência dos interesses econômicos de uma elite agrária sobre a exploração exaustiva dos recursos naturais e da terra resultou na contaminação da covid-19 nos territórios indígenas enfatizando a normalização e a relativização do genocídio dessas popu-

¹⁷ Conforme Clastres, toda organização estatal é etnocida, o etnocídio é o modo normal de existência do Estado, pertencendo à essência unificadora do Estado, conduzindo de forma lógica ao expressar que toda formação estatal é etnocida (2004).

lações que, ainda nos dias de hoje mesmo após séculos de lutas e manifestações buscam incansavelmente o direito de permanecer nas suas terras.

Ainda que diante de séculos de colonização com seus ciclos econômicos devastadores, as terras indígenas Guarani Kaiowá conservam respostas que contribuem para a proteção da de todo o planeta, trazendo consigo a dimensão do respeito aos ciclos de vida e de recuperação da natureza, da reverência, do pertencimento e da ligação com a terra e com os demais seres que nela habitam e representam o que poderia ter sido e o que ainda pode ser: a sabedoria para um estilo de vida melhor. A resiliência do povo Guarani Kaiowa demonstra não só a força, mas também a esperança contra a racionalidade anacrônica de um sistema econômico que condena o planeta e ignora as pessoas em seus inúmeros processos de destruição da natureza. Devido aos ciclos de “desenvolvimento” regional, as quais não foram capazes de extinguir os saberes sobre a terra e esta, juntamente, com os povos indígenas resistem na sua diversidade histórica e cultural, muitas vezes “ilhados” diante de paisagens e mentalidades monoculturais e ocupações agropecuárias.

REFERÊNCIAS

AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilario; PRADO, José Henrique. O impacto do processo de territorialização dos Kaiowá e Guarani no sul do Mato Grosso do Sul. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 15, n. 29, p. 49-71, jul./dez. 2015.

BALDUINO, Ludmila. Contaminação em aldeia em Dourados (MS) começou na fábrica da JBS, diz cacique. *De olho nos ruralistas*, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2020/05/19/contaminacao-em-aldeia-em-dourados-ms-comecou-na-fabrica-da-jbs-diz-cacique/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

BENITES, Eliel. Tekoha Ñeropu'ã: aldeia que se levanta. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 23, n. 52, p. 19-38, 2020.

BENITES, Tônico. *A escola na ótica dos Ava Kaiowá: impactos e interpretações indígenas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

BRAND, Antonio J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição Kaiowá/Guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. 1997. 382f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

CARDIM, Maria Eduarda Cardim; LEITE, Hellen; CALCAGNO, Luiz. Covid-19: Pandemia expõe vulnerabilidade dos povos indígenas do Brasil. *Correio Braziliense*, Brasília, 22 ago. 2020. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2020/06/22/interna-brasil,865729/covid-19-pandemia-expoe-vulnerabilidade-dos-povos-indigenas-do-brasil.shtml?fbclid=IwAR0ZAmICFuJZZFpuPD17pN6hdAYVgpdUy3a8Zxm8kgNTaCWzxyHd_yHO3ks. Acesso em: 01 set. 2020.

CARNEIRO, Henrique. Comida E Sociedade: Significados Sociais Na História Da Alimentação. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 42, n. 1, p. 71-80, 2005.

CASANOVA, Pablo González. *Exploração, colonialismo e luta pela democracia na América Latina*. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História)- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Assis, 2013.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da violência: pesquisas de antropologia política*. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

COLMAN, Sebastiana, Rosa. *Guarani retã e mobilidade espacial guarani: belas caminhadas e processos de expulsão no território guarani*. 2015. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

FERREIRA, Maria Eleuza de Lima. *A implantação do frigorífico Bertin no município de Mozarlândia-GO: uma análise da nova realidade socioeconômica e ambiental local*. Monografia (Licenciatura em Geografia)- Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

FOSCACHES, Nataly; KLEIN, Tatiana. Dos frigoríficos às plantações de cana: como o agronegócio expôs indígenas à covid-19. *Reporter Brasil*, Pinheiros, 2020. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/06/dos-frigorificos-as-plantacoes-de-cana-como-o-agronegocio-expos-indigenas-a-covid-19/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

GIACOMO, Fred Di. Onde passa a boiada: aldeias de Dourados resistem à pandemia e agronegócio. *Ecoa UOL: por um mundo melhor*, São Paulo, 28 jun. 2020.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOPENAWA, Davi. Toda essa destruição não é nossa marca, é a pegada dos brancos, o rastro de vocês na terra. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. *Povos indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LADEIRA, Maria Inês. “As demarcações Guarani, a caminho da terra sem mal”. *Povos Indígenas do Brasil*, Brasília: Instituto Socioambiental, Centro de trabalho indigenista, 2000.

MELIÀ, Bartomeu; GRÜNBERG, Georg; GRÜNBERG, Friedl. *Pai–Tavyterã: etnografia guarani del paraguay contemporâneo*. 2. ed. Asunción: CEADUC/CEPAG, 2008.

MELIÀ, Bartomeu. A terra sem mal dos Guarani: economia e profecia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, v. 33, p. 31-46, 1990.

MURA, Fabio. De sujeitos e objetos: um ensaio crítico de antropologia da técnica e da tecnologia. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 17, n. 36, p. 95-125, jul./dez. 2011.

PEREIRA, Levi Marques. Demarcação de terras kaiowá e guarani em MS: ocupação tradicional, reordenamentos organizacionais e gestão territorial. *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 10, n. 18, p. 115-37, jan./jun. 2010.

PEREIRA, Levi Marques. *Parentesco e organização social Kaiowá*. 1999. 235p. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de Campinas, Campinas, 1999.

PIMENTEL, Spensy K. Sansões e Guaxos – Suicídio Guarani e Kaiowá, uma proposta de síntese. 2006. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

POPOLO, Fabiana Del; CUNHA, Estela Maria Garcia de Pinto da; RIBOTTA, Bruno; AZEVEDO, Marta. (Org.). *Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes*. Rio de Janeiro: ALAP, 2011.

PRADO JUNIOR. Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. 6. ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1961.

PRADO, José Henrique. Confinamento, Tutela e os Kaiowa e Guarani de Mato Grosso do Sul. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DIREITOS HUMANOS, 8., 2011, Campo Grande. *Anais[...]*. Campo Grande: UCDB, 2006.

QUADRO, Vasconcelo; ANJOS, Anna Beatriz. Coronavírus de um lado, invasores de outro: a situação dos indígenas no Brasil. *Agência Pública*, São Paulo, 22 abr. 2020. Disponível

em: <https://apublica.org/2020/04/coronavirus-de-um-lado-invasores-de-outro-como-esta-a-situacao-dos-indigenas-no-brasil/>. Acesso em: 1º set. 2020.

RODRIGUES, Andréa Lúcia Cavaralo; COLMAN, Rosa Sebastiana; AGUILERA URQUIZA, Antonio Hilario. Caminhar, lutar e bem viver: o significado do Oguata Guasu para o povo Guarani-Kaiowá. *Périplos: Revista De Estudos Sobre Migrações*, Brasília, v. 3, n. 1, p. 38-57, 2019.

SPEZIA, Adi. Conselho Indiginista Missionário [CIMI]. *No MS, povos indígenas enfrentam pandemia com solidariedade e produção de alimentos*. Brasília, DF: CIMI, 2020. Disponível em <https://cimi.org.br/2020/07/no-ms-povos-indigenas-enfrentam-pandemia-com-solidariedade-e-producao-de-alimentos/>. Acesso em: 1º set. 2020.

VIETTA, Katya. Histórias territoriais: a privatização das terras kaiowá como estratégia para a guarnição da fronteira brasileira e outras histórias. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 26-63, jul./dez. 2013.

Sobre os autores:

Cecilia Rios: Mestranda em Antropologia e cientista social pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). **E-mail:** ciar1884@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0003-1848-7315>

Antonio Hilário Aguilera Urquiza: Doutor em Antropologia pela Universidade de Salamanca. Professor no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. **E-mail:** hilarioaguilera@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-3375-8630>

José Henrique Prado: Mestre em Antropologia e cientista social pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). **E-mail:** prado.jhenrique@gmail.com, **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-0251-4254>

Recebido em: 31/10/2020

Aprovado para publicação: 04/10/2021

